
2026 em disputa: Davos, o colapso fiscal e a saúde na linha de frente das lutas globais

2026 at Stake: Davos, Fiscal Collapse, and Health on the Frontlines of Global Struggles

Rafaela Venturella De Negri, Armando De Negri Filho

Abstract. *We maintain the usual thematic structure in this first report of 2026, covering December 2025 and January. In the Political-Economic Overview, we present subdivisions to address the World Economic Forum in Davos, the deadlocks in the negotiations of the New UN Global Tax Agreement, transnational union movements, and anti-imperialist struggles. In Health, we focus on the humanitarian and health crisis in Palestine and on defunding policy as an instrument of imperialist health. The report highlights how the empty rhetoric of elites in Davos and the capitulation in global tax rules contrast with concrete resistance on the ground and in the movement for health as a right, outlining key international events to be monitored throughout the year.*

Keywords: *World Economic Forum (Davos). UN Global Tax Agreement. Labor Movements. Anti-imperialist Struggle. Health in Palestine. Health Defunding. Right to Health. Organized Civil Society.*

Resumo. Mantemos a estrutura temática habitual neste primeiro informe de 2026, que cobre os meses de dezembro de 2025 e janeiro. No Panorama Político-Econômico, apresentamos subdivisões para abordar o Fórum Econômico de Davos, os impasses nas negociações do Novo Acordo Fiscal Global da ONU, os movimentos sindicais transnacionais e as lutas anti-imperialistas. Em Saúde, focamos na crise humanitária e sanitária na Palestina e na política de desfinanciamento ("Defunding") como instrumento da saúde imperialista. O informe destaca como a retórica vazia das elites em Davos e a capitulação nas regras fiscais contrastam com a resistência concreta nos territórios e no movimento pela saúde como direito, traçando os principais eventos internacionais a serem monitorados ao longo do ano.

Palavras-chave: Fórum Econômico Mundial (Davos); Acordo Fiscal Global da ONU; Movimentos Sindicais; Luta Anti-imperialista; Saúde na Palestina; Desfinanciamento da Saúde; Direito à Saúde; Sociedade Civil Organizada.

Nesse primeiro informe de 2026, trazemos os acontecimentos dos últimos 2 meses (dezembro

de 2025 e janeiro de 2026). Por óbvio, selecionamos as notícias de maior destaque dentro dos nossos guarda-chuva de saúde, política econômico-social internacional, reformas do sistema das Nações Unidas que tangenciam a vida digna e o meio ambiente.

Alguns desses acontecimentos, como o Fórum Econômico de Davos e a última rodada das negociações do New UN Tax Agreement ainda não foram revisados a fundo pelas organizações que acompanhamos e, assim, serão retomados também no próximo informe. Ao longo deste ano, acompanharemos os principais eventos internacionais - como o já mencionado UN Tax Agreement, as reuniões da OMS, a COP31, as eleições nos Estados Unidos e no Brasil, assim como o avanço dos acordos de paz da Palestina - sempre atravessados pela lente da Saúde e de sua integralidade na visão da Sociedade Civil.

Com a necessidade de cobrir várias frentes e também de desenhar o ano que começa, teremos mais subdivisões do que de costume. No Panorama político-econômico, teremos a subseção de Davos, a de *Tax*, a de Movimentos Sindicalistas e a subseção Anti-imperialista. Em Saúde, teremos a subseção Palestina e uma segunda subseção chamada *Defunding*, a política da saúde imperialista.

Panorama político-econômico:

Começamos trazendo o [World Inequality Report de 2026](#) - o terceiro publicado, junto das edições de 2018 e 2022.

O documento aborda a desigualdade em suas várias frentes e seus diferentes processos causais, sendo uma ferramenta interessante para a análise da realidade socioeconômica atual. Estes relatórios são baseados no trabalho de mais de 200 pesquisadores de todo o mundo, afiliados ao *World Inequality Lab* e contribuintes para a maior base de dados sobre a evolução histórica da desigualdade global. Este esforço coletivo representa uma contribuição significativa para as discussões globais sobre desigualdade.

O relatório de 2026 é dividido em 9 seções, sendo 6 delas de conteúdo de análise, trazendo aspectos chaves da desigualdade e sobre como a desigualdade afeta certas áreas - como gênero, mudança climática, democracia, redistribuição e impostos, aspectos regionais, o papel do sistema financeiro global.

"O Relatório de Desigualdade Global 2026 (WIR 2026) marca a terceira edição desta série de referência, seguindo as edições de 2018 e 2022. Estes relatórios são baseados no trabalho de mais de 200 pesquisadores de todo o mundo, afiliados ao World Inequality Lab e contribuintes para a maior base de dados sobre a evolução histórica da desigualdade global. Este esforço coletivo representa uma contribuição significativa para as discussões globais sobre desigualdade. A equipe ajudou a remodelar a forma como formuladores de políticas, acadêmicos e cidadãos compreendem a escala e as causas da desigualdade, destacando o separatismo dos ricos globais e a necessidade urgente de justiça tributária para os mais afortunados. Suas descobertas têm fundamentado debates nacionais e internacionais sobre reforma fiscal, tributação de riqueza e redistribuição em fóruns que vão desde parlamentos nacionais até o G20.

Com base nesse alicerce, o WIR 2026 expande o horizonte. Ele explora novas dimensões da desigualdade que definem o século XXI: clima e riqueza, disparidades de gênero, acesso desigual ao capital humano, as assimetrias do sistema financeiro global e as divisões territoriais que estão redesenhando a política democrática. Juntos, esses temas revelam que a desigualdade

hoje não se confina à renda ou riqueza; ela afeta todos os domínios da vida econômica e social.

A desigualdade global no acesso ao capital humano permanece enorme hoje, provavelmente uma lacuna muito mais ampla do que a maioria das pessoas imagina. O gasto médio em educação por criança na África Subsaariana ficou em apenas cerca de € 200 (paridade de poder de compra, PPC), comparado com € 7.400 na Europa e € 9.000 na América do Norte e Oceania: uma diferença de mais de 1 para 40, ou seja, aproximadamente três vezes a diferença no PIB per capita. Tais disparidades moldam as oportunidades de vida ao longo das gerações, consolidando uma geografia de oportunidades que exacerba e perpetua as hierarquias globais de riqueza.

O relatório também mostra que as contribuições para a mudança climática estão longe de ser distribuídas de forma equilibrada. Embora o debate público muitas vezes se concentre nas emissões associadas ao consumo, novos estudos revelaram como a propriedade de capital desempenha um papel crítico na desigualdade das emissões. Os 10% mais ricos da população global são responsáveis por 77% das emissões globais associadas à propriedade de capital privado, ressaltando como a crise climática é inseparável da concentração de riqueza. Enfrentá-la exige um realinhamento direcionado das estruturas financeiras e de investimento que alimentam tanto as emissões quanto a desigualdade.

A desigualdade de gênero também se apresenta de forma drasticamente diferente se levarmos em conta o trabalho invisível e não remunerado, realizado de forma desproporcional por mulheres. Quando o trabalho doméstico e de cuidado não remunerado é incluído, a lacuna aumenta acentuadamente. Em média, as mulheres ganham apenas 32% do que os homens ganham por hora de trabalho, considerando tanto atividades remuneradas quanto não remuneradas; comparado a 61% quando o trabalho doméstico não remunerado não é contabilizado. Essas descobertas revelam não apenas uma discriminação persistente, mas também ineficiências profundas na forma como as sociedades valorizam e alocam o trabalho.

No nível internacional, o WIR 2026 documenta como o sistema financeiro global reforça a desigualdade. Economias ricas continuam a se beneficiar de um "privilégio exorbitante": a cada ano, cerca de 1% do PIB global (aproximadamente três vezes o valor da ajuda ao desenvolvimento) flui de nações mais pobres para as mais ricas através de transferências líquidas de renda do exterior associadas a rendimentos excessivos persistentes e menores pagamentos de juros sobre os passivos dos países ricos. Reverter essa dinâmica é central para qualquer estratégia crível de equidade global.

Finalmente, o relatório destaca o aumento das divisões territoriais dentro dos países. Em muitas democracias avançadas, as diferenças nas filiações políticas entre grandes centros metropolitanos e cidades menores atingiram níveis não vistos em um século. O acesso desigual a serviços públicos, oportunidades de emprego e a exposição a choques comerciais fragmentou a coesão social e enfraqueceu as coalizões necessárias para a reforma redistributiva.

Além de uma riqueza de dados novos, o WIR 2026 fornece uma estrutura para entender como as desigualdades econômicas, ambientais e políticas se entrelaçam. Ele clama por uma renovada cooperação global para enfrentar essas divisões em suas raízes: através de tributação progressiva, investimento em capacidades humanas, responsabilização climática vinculada à propriedade de capital privado e instituições políticas inclusivas capazes de reconstruir confiança e solidariedade.

A desigualdade tem sido há muito uma característica definidora da economia global, mas até 2025, ela atingiu níveis que exigem atenção urgente. Os benefícios da globalização e do cresci-

mento econômico fluíram de forma desproporcional para uma pequena minoria, enquanto grande parte da população mundial ainda enfrenta dificuldades para alcançar meios de subsistência estáveis. Essas divisões não são inevitáveis. Elas são o resultado de escolhas políticas e institucionais."

As últimas duas seções são reservadas para conclusão e encaminhamentos políticos.

"Direções para Políticas

As evidências deixam uma conclusão clara: a desigualdade pode ser reduzida. Há uma série de políticas que, de diferentes maneiras, provaram ser eficazes no estreitamento das lacunas.

Uma via importante é através de investimentos públicos em educação e saúde. Estes estão entre os equalizadores mais poderosos, mas o acesso a esses serviços básicos permanece desigual e estratificado. O investimento público em escolas gratuitas e de alta qualidade, saúde universal, creches e programas de nutrição pode reduzir as disparidades no início da vida e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida. Ao garantir que o talento e o esforço, e não a origem, determinem as oportunidades de vida, tais investimentos constroem sociedades mais inclusivas e resilientes.

Outro caminho é através de programas redistributivos. Transferências de renda, pensões, benefícios de desemprego e apoio direcionado a famílias vulneráveis podem deslocar diretamente recursos do topo para a base da distribuição. Quando bem desenhadas, tais medidas reduziram as lacunas de renda, fortaleceram a coesão social e proporcionaram amortecedores contra choques, especialmente em regiões com estados de bem-estar social mais fracos.

O progresso também pode vir do avanço da igualdade de gênero. Reduzir as lacunas de gênero requer dismantlar as barreiras estruturais que moldam como o trabalho é valorizado e distribuído. Políticas que reconheçam e redistribuam o trabalho de cuidado não remunerado, através de creches acessíveis, licença parental que inclua os pais e créditos previdenciários para cuidadores, são essenciais para nivelar o campo de atuação. Igualmente importantes são a aplicação rigorosa da igualdade salarial e proteções mais fortes contra a discriminação no local de trabalho. Abordar esses desequilíbrios garante que as oportunidades e recompensas não sejam determinadas pelo gênero, mas pela contribuição e capacidade.

A política climática oferece outra dimensão fundamental: quando mal planejada, pode aumentar a desigualdade, mas, bem planejada, também pode reduzi-la. Subsídios climáticos combinados com tributação progressiva têm o potencial de acelerar a adoção de tecnologias de baixo carbono de forma justa. Impostos e regulamentações sobre consumo de luxo ou investimentos de alto carbono também podem ajudar a reduzir os níveis de emissão entre os grupos mais ricos.

A política tributária é outra alavanca poderosa. Sistemas tributários mais justos, onde aqueles no topo absoluto contribuem com alíquotas mais altas através de impostos progressivos, não apenas mobilizam recursos, mas também fortalecem a legitimidade fiscal. Mesmo taxas modestas de um imposto mínimo global sobre bilionários e centimilionários poderiam arrecadar entre 0,45% e 1,11% do PIB global e poderiam financiar investimentos transformadores em educação, saúde e adaptação climática.

A desigualdade também pode ser reduzida pela reforma do sistema financeiro global. Os arranjos atuais permitem que economias avançadas tomem empréstimos baratos e garantam

entradas estáveis, enquanto as economias em desenvolvimento enfrentam passivos caros e saídas persistentes. Reformas como a adoção de uma moeda global, sistemas centralizados de crédito e débito e impostos corretivos sobre superávits excessivos expandiriam o espaço fiscal para investimento social e reduziriam a troca desigual que há muito define as finanças globais.

Conclusão

A desigualdade é uma escolha política. É o resultado de nossas políticas, instituições e estruturas de governança. Os custos da desigualdade crescente são claros: divisões cada vez maiores, democracias frágeis e uma crise climática suportada principalmente por aqueles menos responsáveis. Mas as possibilidades de reforma são igualmente claras. Onde a redistribuição é forte, a tributação é justa e o investimento social é priorizado, a desigualdade diminui."

Davos

Falando em concentração de renda, redistribuição (a falta de) e desigualdade, chegamos aos bilionários. Dos dias 19 a 23 de janeiro os principais líderes mundiais se reuniram na Suíça, para o Fórum Econômico Mundial - FEM. Análises mais detalhadas virão nos próximos informes, dada a necessidade das organizações de analisarem o que foi exposto e de formarem suas posições - o *The Bretton Woods project* irá publicar sobre o encontro ainda em março.

Além dos chefes de Estado, estavam presentes os donos das maiores fortunas do planeta, com o próprio presidente do conselho do FEM sendo um dos chefes financeiros da gigantesca (e moralmente cinza) *BlackRock*, empresa gestora de ativos que está por trás de muitos empréstimos privados a países endividados, como Zâmbia e Gana (já destacamos em informes passados como esses países são forçados a gastar mais em pagamentos do que em seus orçamentos de saúde e educação - chegando a 3 vezes mais). [A Debt Justice Uk traz a análise do evento e a presença dos super-ricos:](#)

"Credores privados gananciosos – incluindo aqueles reunidos em Davos esta semana – estão no centro da crise da dívida, prendendo países num ciclo de endividamento, com alguns ameaçando processar alguns dos países mais pobres do mundo para cobrar seus créditos. Os indivíduos ricos que comandam os bancos, fundos de hedge e empresas de trading de petróleo não estão "ganhando" esse dinheiro – eles estão *tomando* esse dinheiro. Escolas, hospitais e serviços públicos ao redor do mundo estão sendo esvaziados para pagar empréstimos injustos a esses gigantes financeiros e gerar grandes lucros para seus chefes e clientes.

Este ano, a riqueza dos bilionários cresceu três vezes mais rápido do que nos cinco anos anteriores. Os 12 bilionários mais ricos do mundo agora detêm mais riqueza do que a metade mais pobre da humanidade. Os ricos estão ficando mais ricos – e estão usando sua riqueza econômica para comprar influência política, enquanto os que estão na pobreza veem seus direitos e liberdades democráticas serem minados. O encontro anual de bilionários em Davos é um lembrete severo de como os super-ricos usam o poder que vem com a riqueza extrema para garantir que a economia global funcione de acordo com seus interesses – e não com os interesses das pessoas em países de baixa renda.

Enquanto os super-ricos podem comprar influência política, as pessoas na pobreza enfrentam barreiras significativas à participação política e são cada vez mais *politicamente* pobres. Bilionários têm 4.000 vezes mais probabilidade de ocupar cargos políticos do que pessoas comuns, e o abismo entre ricos e pobres está aumentando. A dívida desempenha um papel fundamental na

consolidação dessas desigualdades; é um dos maiores motores da desigualdade em países de baixa renda.

Os bilionários em Davos acertaram em uma coisa –precisamos de uma ação coletiva e ousada. Porque esta é a pior crise da dívida em trinta anos e milhões de pessoas estão sendo privadas de justiça. É hora de uma ação ousada sobre a crise da dívida, incluindo o cancelamento da dívida para países em crise e uma nova lei de justiça da dívida no Reino Unido que impediria credores privados gananciosos de protelar negociações e processar países em crise.

Ao redor do mundo, as pessoas estão resistindo à desigualdade, à injustiça e à crise da dívida. No ano passado, vimos as maiores mobilizações de uma geração exigindo ação urgente sobre a crise da dívida. Enquanto os ricos do mundo se encontram em Davos esta semana, vamos denunciar os credores privados que lucram bilhões com a crise da dívida. Vergonha para os super-ricos de Davos –é hora de cancelar a dívida."

Tax Justice - A luta política de 2026

Este ano será essencial para a definição do primeiro rascunho do *Framework Convention on International Tax Cooperation*. A primeira versão do documento deverá ser apresentada no ano que vem e as negociações foram retomadas semana passada na sede das NU em Nova York. No final do ano passado tivemos uma rodada de negociação em Nairobi. A organização [Tax Justice Network revisa as decisões de Nairobi, enquanto destaca os desafios da próxima rodada](#). A organização tem também um [database sobre a Convenção](#), organizando posicionamentos, falas e conteúdos abordados.

"Nairobi marcou um momento importante no processo que conduz a uma Convenção-Quadro da ONU sobre Cooperação Tributária Internacional (UNFCITC). As demandas por uma governança tributária global mais justa há muito são impulsionadas por países do Sul Global, particularmente desde a Agenda de Adis Abeba, mas esta foi a primeira vez que as negociações formais deste processo ocorreram no continente africano. Ao longo das sessões, delegações e partes interessadas repetidamente notaram que realizar as negociações em Nairobi tornou o processo mais acessível. Em particular, permitiu uma participação forte de partes interessadas que frequentemente são incapazes de comparecer a negociações tributárias por causa de barreiras de visto, custos de viagem ou canais formais limitados para engajamento."

Sobre o banco de dados, ele é formado a partir de colocações dos Estados-membros e da sociedade civil sob curadoria da *Tax Justice Network* em parceria com a Universidade da Virgínia. Esta ferramenta pública rastreia as posições dos países por artigo, ao longo do tempo, e permite analisar os argumentos e narrativas utilizados nas negociações. O objetivo é oferecer um recurso ágil, ainda que sujeito a ajustes, para mapear as aspirações de cada nação neste processo.

A análise das posições revela padrões nos debates, com certos argumentos sendo repetidamente invocados para limitar o alcance da futura Convenção:

1. Soberania vs. Cooperação: O conceito de "soberania" foi frequentemente citado (53 intervenções), principalmente em discussões sobre taxação de indivíduos muito ricos, práticas fiscais nocivas e resolução de disputas. Muitas posições tratam a soberania como um princípio restritivo, oposto à cooperação. No entanto, delegados como os do Quênia e do Brasil argumentaram que a cooperação internacional é justamente a chave para proteger a soberania fiscal dos países do Sul Global, combatendo os efeitos transfronteiriços negativos de regimes agressivos de outras nações. A verdadeira soberania exige coordenação para lidar com desafios comuns, como a evasão fiscal de multinacionais e grandes fortunas.

2. Risco de Duplicação e Fóruns Existentes: Muitas posições (139 no total) expressaram preocupação com a sobreposição entre a nova Convenção e fóruns ou instrumentos pré-existentes, como a Convenção de Assistência Administrativa Mútua e o Fórum sobre Práticas Fiscais Nocivas. Países como Quênia, Nigéria, Gana, Serra Leoa e Ruanda destacaram que, embora a coerência seja importante, os fóruns atuais carecem de participação universal e não produzem resultados equitativos para todos os Estados-membros da ONU. O apelo por uma nova Convenção reflete justamente a necessidade de superar as limitações do sistema atual, dominado pela OCDE, e criar um mecanismo verdadeiramente inclusivo.
3. Definições e Fluxos Financeiros Ilícitos: A falta de definições claras foi uma preocupação levantada em 68 posições, com foco especial no Artigo 7 sobre fluxos financeiros ilícitos. No entanto, como a Índia salientou, já existe uma definição estatística acordada no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que abrange tanto a evasão quanto a elisão fiscal. O debate, portanto, não começa do zero. A concentração de questionamentos sobre definições neste artigo específico sugere uma aplicação seletiva do argumento da "clareza".

As negociações tributárias internacionais estão em um momento crítico. Em 2026, o Comitê Ad Hoc se reunirá três vezes: duas em Nova York (fevereiro e agosto) e uma final em Nairobi (novembro/dezembro).

A Convenção Tributária da ONU é uma oportunidade histórica para construir um sistema de governança fiscal global que seja responsivo e atenda às necessidades de todos. O banco de dados "*Who Wants What*" é uma ferramenta para ajudar a garantir que o instrumento final reflita genuinamente as visões dos diversos países comprometidos com um sistema tributário internacional mais justo e eficaz. O caminho a seguir exige superar narrativas que limitam a ambição e construir sobre o consenso emergente de que a cooperação inclusiva é a base para uma soberania fiscal efetiva. Como disse Adrián Falco da *Red Justicia Fiscal de América Latina y Caribe*: Este não é um debate técnico, mas sim uma luta por soberania.

Movimentos Sindicalistas: Bolívia e Equador

O sindicalismo ganhou ar nesses últimos meses, com organizações ao redor do mundo ocupando a rua, fazendo greves e protestando pela Venezuela, por Cuba, pela Palestina e por seus direitos nacionais.

Começando pelos eventos mais recentes e indo aos últimos acontecimentos de 2025: Trabalhadores dos portos mediterrâneo contra a hiper-militarização do mundo, trabalhadores italianos defendendo a soberania venezuelana, *The National Federation of Indigenous, Campesino & Black Ecuadorians* do Equador exigindo - através de seu direito constitucional - que o presidente Noboa deixe o cargo e por fim, trabalhadores bolivianos fazendo greve frente ao "gasolinazo".

No dia 6 de fevereiro, [trabalhadores de mais de 20 portos Mediterrâneos](#) organizaram uma greve contra a militarização, a guerra e a privatização dos Portos - denunciando como uma economia que sempre está disposta a gastar com a guerra, é a mesma economia que irá austerizar, privatizar e retalhar o orçamento público.

Os trabalhadores já vêm, há meses, protestando de forma organizada contra o genocídio palestino, interceptando navios com cargas bélicas e fechando portos da rota até Israel.

“De manhã cedo, começaram protestos nos portos gregos do Pireu e de Elefsina, no porto de

Mersin, na Turquia, e em Bilbao e Pasaia, no País Basco. O sindicato turco Liman-İş Sendikası reuniu centenas de membros para enviar uma mensagem contra o genocídio e em solidariedade com a Palestina, ecoando comunicados semelhantes de seus camaradas do sindicato basco LAB.

Na Grécia, os estivadores destacaram a contradição entre os maciços investimentos europeus em rearmamento e a imposição de austeridade aos serviços públicos e à infraestrutura, o que leva a condições de trabalho cada vez mais inseguras. "Não aceitaremos trabalhar sem direitos", disse Damianos Voudigaris, do sindicato grego ENEDEP, mais tarde no dia. "Desenvolvimento deveria significar voltar para casa vivo. Portos são locais de trabalho, não de guerra. São lugares de suor, não de sangue."

(...)

O sindicato italiano Unione Sindacale di Base (USB) reportou de todos os portos em greve, com representantes sindicais discursando em assembleias onde bandeiras palestinas e cubanas eram exibidas com destaque. Os trabalhadores enfatizaram que o movimento operário europeu precisa encontrar uma orientação internacionalista para bloquear a agenda antilaboral da União Europeia e dos governos de direita. Governos como o da primeira-ministra Giorgia Meloni, que — como ativistas da USB destacaram em transmissões ao vivo — foram abalados pela determinação demonstrada pelos trabalhadores após anos de estagnação. De acordo com sindicalistas, esse pânico se traduziu em uma nova onda de repressão, incluindo medidas contra membros sindicais envolvidos em ações de solidariedade à Palestina. A USB, no entanto, insistiu que a resistência às políticas de Meloni só se intensificaria nas próximas semanas.

Embora unidos em torno de demandas comuns — impedir a militarização dos portos, rejeitar o rearmamento e impedir que uma economia de guerra sufoque todas as outras prioridades —, os grevistas também levantaram questões locais. Estivadores em Trieste alertaram contra a privatização do porto. Em outros lugares, como em Bari e Ravena, trabalhadores e estudantes descreveram como a infraestrutura portuária tem sido usada, às vezes de forma encoberta, para transportar materiais militares e de duplo uso para Israel. "Todos aqui já estão de saco cheio com isso", disse um ativista em Ravena.

Os protestos realizados na noite de sexta-feira em Civitavecchia, Livorno e Ancona foram notáveis, com grevistas em Ancona descrevendo o dia como "monumental". Em Gênova, como tem se tornado habitual, a participação foi maciça. Membros do coletivo CALP — que anteriormente haviam prometido que "nem um prego" sairia do porto se Israel atacasse a Frota do Sumud Global a caminho de Gaza — lideraram o protesto. Falando à imprensa e a outros ativistas, eles destacaram que o sucesso da greve internacional mais uma vez provou que os estivadores cumprem suas promessas.

"Prometemos bloquear tudo — e bloqueamos tudo. Prometemos uma greve geral — e fizemos uma greve geral. Prometemos uma greve internacional — e aqui estamos", afirmaram."

Também na Itália, [o povo saiu às ruas para proteger a soberania da Venezuela!](#) No dia 04 de fevereiro, tomaram as ruas pedindo o retorno do presidente Maduro e da primeira combatente Cilia Flores, denunciando o ato imperialista dos Estados Unidos e o que ele representa para a América Latina.

"Um mês após o ataque dos EUA à Venezuela, dezenas de cidades italianas voltaram às ruas em apoio ao processo bolivariano, exigindo a libertação do presidente Nicolás Maduro e de Cilia Flores. Organizadas sob o slogan internacional "Tragam-nos para casa!", as ações descentralizadas representam um passo em direção a uma assembleia nacional em Roma no domingo, 8

de fevereiro, além de uma mobilização permanente contra a guerra e o rearmamento.

Estudantes e jovens formaram uma parte significativa dos participantes nos protestos de terça-feira. "Em resposta à ação militar dos Estados Unidos, uma clara expressão do seu desejo de reafirmar controle sobre o continente, mais uma vez nos colocamos ao lado da Revolução Bolivariana [...] contra o imperialismo norte-americano e para exigir a libertação imediata de Maduro e Flores", escreveram as organizações Cambiare Rotta e OSA naquele dia.

Grupos de esquerda também denunciaram as ameaças e ataques do governo Trump contra outros países da América Latina, especialmente Cuba e Colômbia, alertando que a estratégia está enraizada em um modelo de imperialismo que prejudica povos de todo o mundo. Marta Collot, porta-voz do partido de esquerda Potere al Popolo, enfatizou que os protestos também visavam se opor a um "modelo baseado no extrativismo que busca se apropriar dos recursos de outros países".

"As ambições dos EUA não se limitam à Venezuela, mas se estendem a todos os países de Nuestra América, que devem ser transformados em meros territórios de extração de recursos, do petróleo aos minerais raros, das vastas reservas de água doce a uma força de trabalho 'descartável'", escreveu o Potere al Popolo antes dos protestos. A Venezuela, com sua transformação socialista, "sempre foi um espinho em seu [do Ocidente] lado, contra o qual eles direcionaram todas as armas da guerra híbrida, da agressão econômica e militar à guerra cognitiva", acrescentou o partido."

Agora para o Equador de Noboa, no dia 30 de janeiro, Confederación Nacional de Organizaciones Campesinas, Indígenas, Negras y Montubias, junto da organização *La Revolución Ciudadana*, oficialmente propôs uma revocatória ao mandato presidencial de Noboa. [O pedido de revocatória é um direito constitucional](#) estabelecido em 2008 e o pedido se baseia na crise nacional causada pela dívida junto ao FMI e as constantes violações de leis internacionais.

E os trabalhadores da Bolívia, em 22 de dezembro de 2025, [confirmam greve contra Decreto do Combustível](#), com comunicado da COB, maior federação sindical do país.

"A greve nacional nesta segunda-feira contra o Decreto Supremo 5503, que eliminou subsídios aos combustíveis vigentes há mais de 20 anos, apesar de acordos do governo com outros setores que visavam evitar a paralisação.

O dirigente executivo da COB, Mario Argollo, afirmou que a organização não recuará das mobilizações e rejeitou notícias sobre um suposto acordo com o governo do presidente Rodrigo Paz para suspender as medidas. Em vídeo gravado ao lado de outros líderes sindicais, Argollo negou o que descreveu como um pacto "unilateral e oculto" com o Executivo.

"Não vamos retroceder, não vamos negociar pelas costas do nosso povo, não vamos trair a confiança depositada em nós para liderar este movimento reivindicativo", declarou Argollo.

Ele instou as autoridades a reconsiderarem a decisão. "Queremos mandar esta mensagem ao governo central: pensem, reflitam sobre esta medida arbitrária e ditatorial que tomaram, que neste momento tem o povo boliviano em alerta", acrescentou.

Argollo argumentou que o Decreto 5503 beneficia apenas "um setor privilegiado, empresarial e burguês" e convocou diferentes setores sociais a se unirem ao que descreveu como um protesto apartidário.

A greve foi inicialmente convocada na sexta-feira pela Confederação de Motoristas da Bolívia,

que anunciou uma paralisação "geral e indefinida" até que o governo revogue o decreto. A COB e grupos camponeses produtores de coca alinhados ao ex-presidente Evo Morales (2006-2019) posteriormente aderiram à convocação.

No domingo, o governo informou ter fechado acordos com vários setores. Autoridades assinaram pactos com sindicatos de transporte de carga no departamento central de Cochabamba para abrir grupos de trabalho sobre questões fiscais e aduaneiras, o que levou esses grupos a descartarem participação nos protestos. O ministro da Economia, Gabriel Espinoza, que participou das negociações, afirmou que superar a crise econômica da Bolívia exige trabalho e que "ninguém vai sair desta situação bloqueando".

Um dia antes, o ministro de Obras Públicas, Mauricio Zamora, assinou um acordo separado com transportadores de carga pesada no departamento oriental de Santa Cruz. Em La Paz, o presidente Paz reuniu-se com cooperativistas de mineração de ouro e conselhos de bairro, que também decidiram não aderir à greve.

O presidente deve se dirigir ao público no domingo à noite pela emissora estatal Bolivia TV para explicar o alcance do decreto. Paz afirmou que a medida "não será alterada" e representa um ponto de partida para novos ajustes econômicos por meio do diálogo.

Emitido na quarta-feira passada, o Decreto 5503 fixou os preços dos combustíveis em 6,96 bolivianos (cerca de um dólar americano) por litro de gasolina comum, 11 bolivianos (1,58 dólares) para gasolina premium e 9,80 bolivianos (1,40 dólares) para o diesel, entre outros valores. Isso representa aumentos de 86% para a gasolina e 162% para o diesel em comparação com os preços subsidiados que vigoravam há mais de duas décadas."

Anti-imperialista

No final de janeiro, delegados de governos, parlamentos e movimentos adotaram a Declaração San Carlos durante a reunião de emergência [Nuestra América](#) em Bogotá, comprometendo-se com ações coordenadas contra a coerção nas Américas. Participaram 90 representantes de 20 países. A reunião foi organizada após os ataques à Venezuela pelos Estados Unidos e frentes às ameaças imperialistas a outras nações da região.

O documento alerta para os riscos da Doutrina Monroe reavivada e do "Corolário Trump", que ameaçam o hemisfério com sanções, bloqueios, desestabilização e coerção militarizada. A declaração situa essa ameaça na história de luta pela autodeterminação, citando figuras como Simón Bolívar, José Martí, Benito Juárez e José de San Martín.

Durante a abertura, a ministra das Relações Exteriores da Colômbia, Rosa Yolanda Villavicencio, destacou a longa história de agressões na região, mas enfatizou que a iniciativa, o tempo, a verdade e a justiça estão ao lado dos povos das Américas.

Os compromissos assumidos incluem: Coordenação em fóruns multilaterais para defender a Carta da ONU; Criação de mecanismos hemisféricos para enfrentar sanções e choques econômicos; Promoção da solidariedade regional (Cuba, Venezuela, México, Colômbia etc.), com rejeição a soluções militarizadas; Defesa dos direitos de migrantes latino-americanos nos EUA, opondo-se a deportações em massa; Fortalecimento da soberania democrática, financeira, energética e alimentar, além da integração regional e a consolidação de *Nuestra América* como um processo contínuo de coordenação entre governos, movimentos e povos.

A declaração conclui convocando a próxima reunião em Havana, Cuba, e afirma que as Américas passarão a ser regidas pela "unidade, soberania e paz", e não pelo medo ou decretos

imperiais - marcando a área geográfica como um "sujeito político".

Saúde

Em saúde, continuamos a acompanhar o desastre em Gaza - o chamado *Medicide*, genocídio do corpo médico e das estruturas da saúde e todas suas consequências - junto do avanço de outras políticas neoliberais ao redor do globo que constroem a garantia e o acesso ao direito da saúde.

Palestina

Mesmo com um acordo de paz oficializado no dia 10 de outubro de 2025, Israel ataca diariamente a Gaza - e tem retomado seus ataques ao Líbano.

Agora junto de um plano de paz encabeçado por um *peace group* e chefiado por Donald Trump, os líderes ocidentais planejam, passado o período de aniquilação, reconstruir Gaza. O plano foi apresentado durante Davos e o discurso dado pelo genro de Trump reforçou o caráter neocolonial da empreitada imobiliária. Jared Kushner tratou a Palestina como um espaço vazio, propondo a construção de arranha-céus em terrenos históricos e nenhuma vez mencionando os milhares de palestinos sob os escombros, tendo os palestinos nem ao menos sido consultados sobre o ["master plan"](#).

Como mencionado, mesmo durante o acordo de paz vigente, os ataques continuam e o sistema de saúde continua sendo um alvo constante. Dentro do *Medicide*, encontramos outras estratégias de genocídio, como o recentemente apontado pelo Ministro da Saúde de Gaza: o [Reprocide](#) - tática genocida que provoca a queda da natalidade através do ataque sistemático à saúde reprodutiva da população.

"Dano Reprodutivo Sistemático em Gaza: Um ataque direcionado às futuras gerações palestinas

Reprocídio: Um Genocídio sobre o Útero Palestino por Israel

Estatísticas Maternas e Neonatais para Gaza 2025

Fonte: Dr. Munir Al-Bursh, Diretor-Geral, Ministério da Saúde da Palestina, Gaza

REPROCÍDIO COMO ESTRATÉGIA GENOCIDA - GAZA 2025

49.180

TOTAL DE RECÉM-NASCIDOS

48.500

TOTAL DE NASCIMENTOS VIVOS

616

MORTES FETO-INTRA UTERINAS (NATIMORTOS)

450

MORTES NEONATAIS (PRIMEIROS 7 DIAS DE VIDA)

4.900

NASCER ANÓMALOS

5.000

ABORTOS ESPONTÂNEOS

4.000

NASCIMENTOS PREMATUROS

>315

ANOMALIAS CONGÊNITAS

INTERPRETAÇÃO CLÍNICA

Colapso dos Sistemas de Cuidados Maternos-Neonatais e Acesso a Cuidados de Saúde e Resultados Maternos-Neonatais

- ▶ Graves carências de recursos médicos: Capacidade limitada de cuidados intensivos neonatais, medicamentos obstétricos, produtos sanguíneos e serviços cirúrgicos de emergência.
- ▶ Acesso restrito a cuidados de saúde: Incapacidade das mulheres grávidas em chegar a unidades funcionais devido ao deslocamento, insegurança e colapso dos serviços.
- ▶ Destruição da infraestrutura de saúde: Danos generalizados a hospitais, maternidades e unidades neonatais, reduzindo substancialmente as opções de parto seguro.
- ▶ Desnutrição materna: Insegurança alimentar crônica e deficiências de micronutrientes aumentam o risco de baixo peso ao nascer, parto pré-termo e restrição de crescimento intrauterino.
- ▶ Cuidados pré-natais interrompidos: Rastreamento pré-natal reduzido e gestão tardia de complicações na gravidez.
- ▶ Morbidade e Mortalidade Perinatal Evitáveis
- ▶ Taxas elevadas de aborto espontâneo, natimortalidade e morte neonatal precoce, consistentes com falha do sistema de saúde e não com riscos clínicos inevitáveis.
- ▶ Aumento da prematuridade e anomalias congênitas, refletindo a exposição cumulativa à desnutrição, infecções, stress e falta de cuidados médicos.
- ▶ Complicações evitáveis amplificadas pela ausência de:
 - ▷ Intervenção obstétrica atempada
 - ▷ Reanimação neonatal e cuidados intensivos
 - ▷ Medicamentos essenciais e capacidade de diagnóstico

Os resultados observados refletem um colapso na prestação de cuidados de saúde materno-neonatais.

Os padrões de mortalidade perinatal indicam uma falha sistêmica, e não incidental.

Consequências a Nível Populacional do Dano Reprodutivo

- ▶ Continuidade reprodutiva reduzida: Taxas persistentemente altas de aborto espontâneo, natimortalidade e mortalidade neonatal ameaçam a sustentabilidade da população.
- ▶ Impacto geracional: O dano reprodutivo estende-se além das gravidezes atuais para as futuras coortes de nascimentos e a estabilidade demográfica a longo prazo.
- ▶ Projeções de saúde:

- ▷ Aumento da mortalidade perinatal
- ▷ Aumento das anomalias congênitas e nascimentos pré-termo
- ▷ Erosão progressiva da saúde e continuidade populacional

Via causal:

Acesso restrito a cuidados de saúde → Mortalidade perinatal → Continuidade reprodutiva reduzida → Declínio a nível populacional

REPROCÍDIO COMO ESTRATÉGIA GENOCIDA

Reprocídio é o ataque intencional e sistemático à saúde reprodutiva e à capacidade de uma população em conceber com segurança, levar a gravidez a termo, dar à luz e assegurar a sobrevivência neonatal.

Isso inclui:

- ▶ Destruição deliberada, negação ou perturbação dos sistemas de cuidados de saúde maternos, fetais e neonatais
- ▶ Condições que conduzem a abortos espontâneos, natimortalidade, morte neonatal e dano congénito evitáveis
- ▶ Prevenção sustentada de nascimentos seguros dentro de uma população-alvo

Os resultados observados em Gaza (abortos espontâneos, natimortos, mortes neonatais e anomalias congénitas) alinham-se com indicadores internacionalmente reconhecidos de genocídio."

No final de janeiro, o [People's Dispatch publicou um artigo de pesquisadores alertando para "desassistencialização"](#) na Palestina com proliferação de infecções em Gaza. Devido a destruição programada e intencional do sistema de saúde palestino como parte do genocídio, profissionais de saúde vem registrando um aumento de casos de doenças infecciosas, sendo crianças, idosos e pessoas com problemas de saúde preexistentes os mais vulneráveis a complicações.

"O Dr. Ahmed Muhanna, do Hospital Al-Awda, disse ao *The New Arab* que "foi observado um aumento generalizado de infecções, especialmente entre crianças". O Dr. Mohammed Abu Salmiya, do Hospital Al-Shifa, acrescentou: "O perigo está na imunidade debilitada da população de Gaza devido à fome, desnutrição e falta de vacinas necessárias, o que representa uma séria ameaça à vida dos pacientes".

"Alimento, abrigo, uma família protetora, saúde e educação. Essas são as cinco necessidades essenciais de toda criança", insistiu a pediatra Dra. Tanya Haj-Hassan em entrevista ao Instituto de Estudos da Palestina (IPS). "E, em Gaza, cada uma delas foi atacada".

Alguns especialistas em saúde pública descrevem as condições de vida em Gaza — criadas pelo genocídio e que favorecem o surgimento de doenças — como "síndrome da tenda úmida", termo que se refere aos efeitos inter-relacionados de imunodeficiência, infecções e incapacidade de recuperação devido à destruição de moradias e infraestrutura. Segundo fontes da ONU, pelo menos dez crianças morreram de frio neste inverno em tendas, onde a maior parte da população da Faixa foi forçada a viver durante o genocídio. Organizações como a Physicians for Human Rights (PHR) têm enfatizado repetidamente o impacto desproporcional da destruição israelense sobre crianças e gestantes — o que constitui, segundo um novo relatório, um ataque premeditado à capacidade reprodutiva básica dos palestinos.

"A destruição da infraestrutura de saúde de Gaza, combinada com restrições a alimentos e suprimentos médicos — inclusive fórmula infantil — criou um ambiente em que os processos biológicos fundamentais de reprodução e sobrevivência foram sistematicamente destruídos, resultando em danos, dor, sofrimento e morte conhecidos e previsíveis", afirma o relatório da PHR."

Defunding, a política da saúde imperialista

A luta anti-imperialista também diz respeito à saúde - [com empresas privadas já analisando o "mercado de saúde" venezuelano e seus riscos para agências de planos privativos](#) - o [Movimento Popular pela Saúde \(PHM\) e a ALAMES emitiram uma declaração conjunta](#) condenando os recentes ataques militares dos Estados Unidos à Venezuela e o sequestro do presidente Nicolás Maduro e de sua esposa, Cília Flores. As organizações rejeitam a justificativa estadunidense de uma "operação antidrogas", classificando a ação como uma violação grave do direito internacional e um ato de agressão imperialista com o objetivo de controlar os recursos naturais venezuelanos, especialmente o petróleo, e suprimir a autodeterminação do país, destacando a ligação intrínseca entre a luta contra a intervenção imperialista e a defesa do direito à saúde.

"O Movimento Popular pela Saúde (PHM) e a ALAMES, que juntos representam centenas de coletivos sociais e de saúde, uniram-se aos apelos globais que condenam os ataques dos EUA à Venezuela e o sequestro do presidente Nicolás Maduro e de sua esposa, Cília Flores. Como muitas organizações progressistas em todo o mundo, as redes rejeitaram a alegação de que o bombardeio de Caracas pela administração Trump — que matou dezenas — fazia parte de uma operação antidrogas, alertando, em vez disso, que a agressão representa uma grave violação do direito internacional e exige uma resposta urgente em todos os níveis.

"Seu propósito é apropriar-se do petróleo, das terras e de outros abundantes recursos energéticos do país, transformar a Venezuela numa colônia e manter o domínio colonial e imperial na região", escreveram as organizações em uma declaração conjunta. Elas acrescentaram que a agressão estadunidense mais recente foi realizada com a intenção de sufocar "qualquer possibilidade de libertação nacional e da construção autônoma de processos sociais, políticos e econômicos progressistas que dignifiquem a vida de nossos povos, além de fortalecer a posição hegemônica dos EUA em sua disputa com a China na região."

"Temos confiança de que o povo venezuelano resistirá à intervenção militar imperial e a derrotará mais uma vez, como tem feito ao longo de sua história desde 1811, quando confrontou vitoriosamente o império colonial espanhol e contribuiu com seu sangue e liderança para a libertação de várias repúblicas na região", escreveram o PHM e a ALAMES.

Além do significado político mais amplo da resistência venezuelana ao imperialismo estadunidense, o PHM e a ALAMES também enfatizaram que a oposição à agressão militar e à ocupação — bem como a defesa da soberania e da autodeterminação — é inseparável da luta pela saúde. Essa ligação é particularmente evidente devido às transformações realizadas no sistema de saúde da Venezuela desde o governo de Hugo Chávez. Conforme descrito em edições anteriores do Global Health Watch do PHM, a saúde sob o chavismo foi posicionada como um direito social fundamental e uma responsabilidade central do Estado.

"A Revolução Bolivariana trouxe mudanças significativas a favor do povo venezuelano, especialmente os pobres", afirmou o Coordenador Global do PHM, Roman Vega, ao People's Health Dispatch. "Não apenas dentro do sistema de saúde, por meio de iniciativas como a estratégia abrangente de atenção primária Barrio Adentro, mas também através do processo de redistribuição de riqueza que melhorou as condições de vida e de trabalho e ampliou o acesso

aos serviços de saúde."

Essa visão persistiu ao longo dos anos, apesar de ter sido gravemente ameaçada pelas sanções dos EUA contra a Venezuela, acrescenta Vega. "Agora, essas conquistas correm o risco de serem ainda mais desmanteladas pela apropriação estadunidense dos recursos naturais do país, particularmente o petróleo, e pela imposição de um modelo colonial de controle que serviria aos interesses da oligarquia venezuelana e de um pequeno grupo das elites mais ricas do mundo."

Se a administração Trump tiver sucesso em seus planos, a Venezuela pode ter o mesmo destino do Haiti, Iraque, Líbia, Palestina e outros países onde os EUA e seus aliados realizaram intervenções militares, alerta Vega. "Por isso devemos nos organizar e mobilizar juntos para defender a Venezuela, assim como Colômbia, Cuba e México, que também foram ameaçados por Trump com intervenção militar caso não se submetam às demandas imperialistas", afirma. "Este é um momento de resistência unida pelos movimentos sociais em toda a América Latina e Caribe, e é exatamente isso que o PHM está promovendo junto a outras forças sociais e políticas na região."

A outra face do imperialismo são os cortes públicos - nacionais e internacionais, com países ao redor do globo seguindo diretrizes de saúde criadas nos centros de comando do mundo. Um [ano após os cortes da USAID](#), que seriam apenas um paro de 90 dias e se tornaram cortes concretos, sabemos que as medidas desmantelaram a assistência humanitária americana, resultando em graves consequências globais. Estima-se que os cortes podem causar até 700.000 mortes anuais, com projeções de 22,6 milhões de mortes evitáveis até 2030 — incluindo 5,4 milhões de crianças menores de cinco anos.

"Quando os EUA anunciaram sua política, o fizeram sob a bandeira de uma política externa "America First" e de eficiência imposta.

Rubio disse que os cortes poriam um fim a uma "era de ineficiência sancionada pelo governo".

As mudanças foram implementadas rapidamente, apesar de seus riscos projetados e da veemente oposição de muitos, incluindo Barack Obama, que a chamou de "um erro colossal".

Em março de 2025, apenas semanas após o desmantelamento, 86% dos programas de ajuda externa haviam sido encerrados e uma proporção similar de funcionários do departamento demitidos.

Notavelmente, o padrão dos cortes no último ano sugeriu que aqueles alinhados ou que serviam aos interesses da administração foram em grande parte poupados.

Enquanto isso, milhões de pessoas em países que não atendiam aos critérios dos EUA, independentemente da vulnerabilidade, tiveram suas linhas de vida cortadas.

Como resultado, alguns países se saíram muito melhor do que outros, enquanto milhões de pessoas vulneráveis ficaram sem apoio.

Os EUA assinaram um acordo doando US\$ 1,7 bilhão ao sistema de saúde do Quênia depois que o país liderou uma missão de paz da ONU no Haiti.

A Jordânia, um aliado próximo dos EUA que colabora regularmente com suas agências de inteligência, foi um dos poucos países a ter um projeto de infraestrutura hídrica reinstalado.

Em contraste, apesar das severas necessidades humanitárias, o Iêmen e o Afeganistão permaneceram amplamente excluídos da assistência.

Milhões ficaram sem ajuda crítica

No Afeganistão, onde os EUA mantiveram uma presença militar por décadas até 2021, a desnutrição infantil atingiu seu nível mais alto em 25 anos, e 450 centros de saúde fecharam devido aos cortes na ajuda externa.

A Palestina Ocupada também não figura em nenhum plano de assistência externa, com o Presidente Donald Trump afirmando que a área será abordada sob seu plano de paz para Gaza.

Na Síria, onde 16 milhões de pessoas permanecem dependentes de ajuda humanitária, US\$ 237 milhões foram cortados. Embora as sanções dos EUA tenham sido suspensas em junho e parte da ajuda tenha sido, segundo relatos, reinstalada, agências de ajuda disseram que ainda não receberam os fundos.

O dinheiro da USAID ajudou a construir hospitais de campo que trataram civis durante a guerra da Síria.

No Iêmen, o CGD constatou que os cortes interromperam a assistência alimentar para 2,4 milhões de pessoas e pararam o cuidado nutricional para 100.000 crianças.

As mulheres foram desproporcionalmente afetadas. Muitos dos serviços obstétricos de emergência do Iêmen dependiam de financiamento do governo dos EUA através do Fundo de População da ONU.

Quando os cortes foram implementados, 1,5 milhão de mulheres perderam abruptamente o acesso aos serviços e 300.000 ficaram sem prevenção e tratamento para violência de gênero.

Enquanto isso, apesar de ser a maior crise humanitária do mundo, os 30 milhões de pessoas do Sudão também foram excluídos da assistência externa dos EUA.

A súbita remoção do apoio externo levou ao fechamento de mais de 1.700 cozinhas comunitárias, afetando quase três milhões de pessoas."